RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/me5zhg33
Pages: 1-37

FORMAÇÃO DE PROFESSORES, NEURODIVERSIDADE E INCLUSÃO ESCOLAR: O PAPEL DA PSICOPEDAGOGIA

TEACHER TRAINING, NEURODIVERSITY, AND SCHOOL INCLUSION: THE ROLE OF EDUCATIONAL PSYCHOLOGY

FORMACIÓN DEL PROFESORADO, NEURODIVERSIDAD E INCLUSIÓN ESCOLAR: EL PAPEL DE LA PSICOPEDAGOGÍA

Luiz Fernando Ridolfi
Mestre em Intervenção Psicológica no Desenvolvimento e na Educação
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha
E-mail: luizridolfi@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4918-0420

Elizete Aparecida Martins
Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Katia de Souza Oliveira
Mestranda em Ciências da Educação e Ética Cristã
Ivy Enber Christian University (ENBER), Estados Unidos
Orcid: https://orcid.org/0009-0008-4680-5521

Ivanir Crestani Mendes Vicente
Mestra em Ciências da Educação
São Luís University (SLU), Orlando, Flórida, USA

Marina Witt Stoberl
Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Samira Martins Garib
Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Poliane Rodrigues Alvarenga
Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha
Orcid: https://orcid.org/0009-0004-1554-7479

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/me5zhg33
Pages: 1-37

Regiane Kovalczyk Tomasi
Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Narda Vargas Munhoz de Castro
Mestranda em Ciências da Educação
São Luís University (SLU), Orlando, Flórida, USA

Resumo

Este estudo analisa o papel da psicopedagogia na formação de professores para a promoção da inclusão escolar de estudantes neurodivergentes, articulando dimensões pedagógicas, institucionais e formativas. Parte-se do pressuposto de que a efetivação da Educação Inclusiva depende não apenas de diretrizes normativas, mas da capacidade dos docentes de interpretar e operacionalizar práticas pedagógicas sensíveis à diversidade cognitiva. Metodologicamente, realizou-se uma revisão integrativa da literatura, com base em protocolo estruturado e critérios explícitos de seleção, contemplando produções científicas nacionais e internacionais publicadas entre 2015 e 2026. A análise dos estudos permitiu identificar três eixos centrais: 1) lacunas na formação inicial e continuada de professores para o trabalho com a neurodiversidade; 2) a psicopedagogia como mediadora na identificação de necessidades educacionais específicas e na elaboração de estratégias pedagógicas inclusivas; e 3) a importância de abordagens interdisciplinares e colaborativas no ambiente escolar. Os resultados indicam que, embora haja avanços no reconhecimento da inclusão como princípio educacional, persistem limitações estruturais que comprometem sua efetividade, especialmente no que se refere à preparação docente. Conclui-se que a psicopedagogia desempenha papel estratégico na qualificação da prática pedagógica, contribuindo para a construção de ambientes educacionais mais equitativos, desde que articulada a políticas de formação docente contínua e institucionalmente sustentadas.

Palavras-chave: Neurodiversidade; Formação de professores; Inclusão escolar; Psicopedagogia; Educação Inclusiva.

Abstract

This study analyzes the role of educational psychology in teacher training to promote the inclusion of neurodivergent students in schools, integrating pedagogical, institutional, and training dimensions. It is based on the assumption that the implementation of inclusive education depends not only on regulatory guidelines but also on teachers' ability to interpret and apply pedagogical practices that are sensitive to cognitive diversity. Methodologically, an integrative literature review was conducted, based on a structured protocol and explicit selection criteria, covering national and international scientific publications released between 2015 and 2026. The analysis of the studies identified three central themes: 1) gaps in initial and continuing teacher training for working with neurodiversity; 2) educational psychology as a mediator in identifying specific educational needs and developing inclusive pedagogical strategies; and 3) the importance of interdisciplinary and collaborative approaches in the school environment. The results indicate that, although there have been advances in recognizing inclusion as an educational principle, structural limitations persist that compromise its effectiveness, especially with regard to teacher preparation. It can be concluded that educational psychology plays a strategic role in enhancing teaching practice, contributing to the creation of more equitable educational environments, provided it is integrated with policies for ongoing teacher training that are institutionally supported.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/me5zhg33
Pages: 1-37

Keywords: Neurodiversity; Teacher training; School inclusion; Educational psychology; Inclusive education.

Resumen

Este estudio analiza el papel de la psicopedagogía en la formación del profesorado para promover la inclusión escolar de los alumnos neurodivergentes, articulando dimensiones pedagógicas, institucionales y formativas. Se parte del supuesto de que la puesta en práctica de la educación inclusiva depende no solo de las directrices normativas, sino también de la capacidad de los docentes para interpretar y poner en práctica estrategias pedagógicas sensibles a la diversidad cognitiva. Desde el punto de vista metodológico, se llevó a cabo una revisión integradora de la literatura, basada en un protocolo estructurado y criterios explícitos de selección, que abarcó producciones científicas nacionales e internacionales publicadas entre 2015 y 2026. El análisis de los estudios permitió identificar tres ejes centrales: 1) lagunas en la formación inicial y continua de los docentes para trabajar con la neurodiversidad; 2) la psicopedagogía como mediadora en la identificación de necesidades educativas específicas y en la elaboración de estrategias pedagógicas inclusivas; y 3) la importancia de los enfoques interdisciplinarios y colaborativos en el entorno escolar. Los resultados indican que, aunque se han producido avances en el reconocimiento de la inclusión como principio educativo, persisten limitaciones estructurales que comprometen su eficacia, especialmente en lo que se refiere a la preparación del profesorado. Se concluye que la psicopedagogía desempeña un papel estratégico en la mejora de la práctica pedagógica, contribuyendo a la creación de entornos educativos más equitativos, siempre que se articule con políticas de formación docente continua y cuente con el respaldo institucional.

Palabras clave: Neurodiversidad; Formación del profesorado; Inclusión escolar; Psicopedagogía; Educación inclusiva.

1. INTRODUÇÃO

A consolidação da Educação Inclusiva como princípio estruturante dos sistemas educacionais contemporâneos tem implicado a revisão de paradigmas tradicionais de ensino, historicamente orientados por modelos homogêneos de aprendizagem.

Nesse contexto, o conceito de neurodiversidade, inicialmente sistematizado por Singer (1999), inaugura uma inflexão epistemológica ao propor que variações neurológicas como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a dislexia sejam compreendidas não como déficits a serem corrigidos, mas como expressões legítimas da diversidade humana.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/me5zhg33
Pages: 1-37

Tal perspectiva é aprofundada por Armstrong (2010), ao defender que sistemas educacionais devem se reorganizar para acolher diferentes perfis cognitivos, deslocando o foco da normalização para a adaptação pedagógica.

Esse deslocamento teórico, entretanto, tensiona diretamente a forma como o direito à educação tem sido operacionalizado. No plano normativo, a Educação Inclusiva encontra respaldo em instrumentos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, especialmente por meio da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como no ordenamento jurídico brasileiro.

Isto se consolida na Constituição Federal de 1988, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Esses marcos estabelecem não apenas o acesso à educação, mas a garantia de condições equitativas de aprendizagem, o que implica a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas e a oferta de suporte especializado.

Não obstante a robustez normativa, a literatura evidencia um descompasso entre o reconhecimento formal do direito à inclusão e sua efetivação no cotidiano escolar. Conforme argumenta Oliver (1990), a deficiência deve ser compreendida a partir das barreiras impostas pelo ambiente, e não apenas pelas limitações individuais, o que reforça a necessidade de transformação institucional.

No campo educacional, autores como Ainscow e Booth (2020) destacam que a inclusão efetiva depende da reorganização das culturas, políticas e práticas escolares, sendo insuficiente a mera inserção física do estudante em sala de aula. É nesse cenário que a formação de professores assume centralidade analítica.

Estudos indicam que a fragilidade na preparação docente constitui um dos principais entraves à implementação de práticas inclusivas consistentes, sobretudo no que se refere à compreensão da neurodiversidade e à utilização de estratégias pedagógicas adaptativas (Ridolfi *et al.*, 2026). A formação inicial, em geral, apresenta lacunas significativas no tratamento da diversidade cognitiva, enquanto a formação continuada frequentemente carece de sistematicidade e articulação com as demandas concretas do ambiente escolar.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/me5zhg33
Pages: 1-37

Nesse contexto, a psicopedagogia emerge como campo estratégico de mediação, ao articular dimensões cognitivas, emocionais e sociais do processo de aprendizagem. Para Fernández (1991), aprender envolve uma dinâmica complexa que transcende o domínio cognitivo, exigindo a consideração de fatores subjetivos e relacionais.

De modo complementar, Visca (1987) enfatiza que a intervenção psicopedagógica deve considerar o sujeito em interação com seu contexto, o que a torna particularmente relevante em ambientes educacionais inclusivos. Assim, a psicopedagogia não se limita à intervenção individual, mas pode contribuir para a qualificação da prática docente, oferecendo subsídios para a construção de estratégias pedagógicas mais responsivas à diversidade.

Apesar dessa potencialidade, observa-se que a interface entre formação docente, psicopedagogia e inclusão escolar ainda é abordada de forma fragmentada na produção científica, carecendo de análises integradas que articulem dimensões pedagógicas e normativas. Tal lacuna compromete a compreensão dos mecanismos que condicionam a efetividade das políticas inclusivas, bem como a identificação de caminhos para sua consolidação.

Diante disso, este estudo parte da seguinte questão de pesquisa: em que medida a psicopedagogia pode contribuir para a formação de professores orientada à efetivação do direito à Educação Inclusiva de estudantes neurodivergentes? Assume-se como hipótese que a psicopedagogia, ao atuar como dispositivo de mediação entre normas jurídicas e práticas pedagógicas, pode potencializar a concretização da inclusão escolar, desde que integrada a políticas estruturadas de formação docente.

Para além da identificação de lacunas operacionais, este estudo sustenta como tese central que a inclusão escolar, tal como atualmente estruturada, opera predominantemente como um dispositivo normativo de baixa efetividade estrutural. Embora amplamente consolidada no plano jurídico e discursivo, sua implementação tende a reproduzir uma lógica de inclusão formal, na qual o acesso

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/me5zhg33
Pages: 1-37

é garantido sem que haja transformação substantiva das condições pedagógicas e institucionais de aprendizagem.

Nesse contexto, argumenta-se que a limitação da inclusão não decorre da ausência de diretrizes normativas, mas da fragilidade dos mecanismos de mediação entre norma e prática, especialmente no que se refere à formação docente e à organização das respostas pedagógicas à neurodiversidade. É nesse hiato que a psicopedagogia emerge como potencial dispositivo de mediação, cuja efetividade, contudo, permanece condicionada a sua inserção estrutural nas políticas educacionais.

O objetivo geral consiste em analisar criticamente o papel da psicopedagogia na formação de professores para a inclusão escolar, articulando evidências empíricas e fundamentos jurídicos. Especificamente, busca-se: 1) examinar os fundamentos teóricos da neurodiversidade no campo educacional; 2) identificar lacunas estruturais na formação docente; e 3) analisar as contribuições da psicopedagogia como mediadora de práticas inclusivas.

Para além de uma análise descritiva ou integrativa, este estudo propõe um avanço conceitual ao sistematizar a inclusão escolar de estudantes neurodivergentes a partir de um modelo analítico integrado, no qual a psicopedagogia é compreendida como um dispositivo de mediação entre três dimensões estruturantes: a normativa, a pedagógica e a institucional.

Diferentemente de abordagens que tratam tais dimensões de forma isolada, sustenta-se que a efetividade da inclusão depende da articulação dinâmica entre essas esferas, sendo a psicopedagogia o elemento responsável por traduzir diretrizes jurídicas em práticas pedagógicas concretas.

Nesse sentido, o artigo não apenas revisa a literatura, mas propõe uma chave interpretativa que permite compreender a inclusão escolar como um processo de mediação estruturada, contribuindo para o avanço analítico do campo ao integrar evidências empíricas, fundamentos teóricos e implicações normativas em um mesmo modelo explicativo.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/me5zhg33
Pages: 1-37

A relevância deste estudo reside na necessidade de superar abordagens meramente normativas ou descritivas da inclusão escolar, avançando para uma análise que considere sua dimensão como direito fundamental em processo de concretização. Ao integrar os campos da educação, da psicopedagogia e do direito, pretende-se oferecer uma contribuição analítica capaz de subsidiar tanto a prática pedagógica quanto a formulação de políticas públicas educacionais mais efetivas.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Neurodiversidade: da patologização à diversidade cognitiva

A noção de neurodiversidade representa uma inflexão paradigmática no modo como as diferenças cognitivas são compreendidas no campo educacional. Introduzido por Singer (1999), o conceito propõe a superação do modelo biomédico centrado na deficiência, substituindo-o por uma perspectiva que reconhece variações neurológicas como parte constitutiva da diversidade humana.

Essa abordagem é aprofundada por Armstrong (2010), ao sustentar que sistemas educacionais devem ser reorganizados para acomodar múltiplas formas de aprender, deslocando o foco da correção para a adaptação.

A noção de neurodiversidade, conforme explicitada em Singer (1999), fundamenta-se na crítica ao modelo biomédico da deficiência, ao sustentar que variações neurológicas devem ser compreendidas como expressões legítimas da diversidade humana, e não como patologias a serem corrigidas.

A implicação dessa perspectiva é a reconfiguração das práticas educacionais, que passam a demandar adaptações estruturais capazes de acolher diferentes perfis cognitivos, deslocando o foco da intervenção corretiva para a organização do ambiente de aprendizagem.

Esse argumento é aprofundado em Armstrong (2010), ao defender que sistemas educacionais devem ser redesenhados para incorporar múltiplas formas

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/me5zhg33
Pages: 1-37

de aprender, o que implica a adoção de abordagens pedagógicas diferenciadas e flexíveis.

No entanto, essa perspectiva encontra tensão na abordagem crítica de Shakespeare (2013), que, embora reconheça a relevância do modelo social, alerta para o risco de uma negação excessiva das dimensões biológicas da deficiência, defendendo uma abordagem integradora que considere a interação entre fatores sociais e individuais.

Essa tensão teórica evidencia que a neurodiversidade não pode ser compreendida como uma substituição linear de paradigmas, mas como um campo em disputa, no qual diferentes interpretações coexistem e produzem implicações distintas para a prática educacional. Nesse sentido, a adoção acrítica do discurso da diversidade pode resultar em invisibilização de necessidades específicas de apoio, enquanto abordagens excessivamente medicalizantes tendem a reforçar práticas excludentes.

2.2 Inclusão escolar como direito fundamental: entre normatividade e efetividade

A inclusão escolar, no contexto contemporâneo, deve ser compreendida como expressão do direito fundamental à educação em sua dimensão material. No ordenamento jurídico brasileiro, esse direito encontra fundamento na Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que reforçam a obrigatoriedade de sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis.

No plano normativo, a inclusão escolar é amplamente consolidada como direito fundamental, sendo respaldada por marcos legais nacionais e internacionais que asseguram o acesso e a permanência de estudantes no sistema educacional.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/me5zhg33
Pages: 1-37

Contudo, conforme argumenta Santos (2020), a existência de garantias formais não implica sua efetivação material, uma vez que os direitos dependem de sua tradução em práticas institucionais concretas. A implicação dessa perspectiva é o reconhecimento de que a inclusão não se esgota na dimensão jurídica, exigindo mecanismos operacionais que assegurem sua implementação.

Essa leitura é reforçada por Ainscow e Booth (2020), ao sustentarem que a inclusão requer a transformação simultânea das culturas, políticas e práticas escolares. No entanto, estudos contemporâneos, como os de Florian e Messiou (2021), introduzem uma tensão relevante ao demonstrar que, na prática, muitos sistemas educacionais operam sob uma lógica de inclusão formal, na qual o estudante está presente, mas não necessariamente incluído em termos de aprendizagem.

Essa divergência evidencia uma tensão estrutural entre igualdade formal e equidade material, indicando que a consolidação normativa da inclusão pode coexistir com sua fragilidade operacional, o que desloca o debate do plano jurídico para o campo da implementação institucional.

Assim, a inclusão escolar exige transformação simultânea de culturas, políticas e práticas educacionais. Essa perspectiva é corroborada por estudos recentes que apontam a persistência de uma lógica de inclusão formal, caracterizada pela presença física do estudante sem garantia de aprendizagem efetiva (Florian, 2021; Messiou, 2022; Waitoller; Artiles, 2023, Ridolfi *et al*., 2026b).

Nesse sentido, a literatura contemporânea evidencia uma tensão entre igualdade formal e equidade material. Enquanto a primeira se limita ao acesso, a segunda exige a adaptação das condições de ensino às necessidades dos estudantes. Essa distinção é central para compreender por que, apesar de avanços normativos, a inclusão escolar ainda enfrenta limitações estruturais, especialmente em sistemas educacionais marcados por desigualdades.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/me5zhg33
Pages: 1-37

2.3 Formação de professores e inclusão: lacunas estruturais e desafios contemporâneos

A formação de professores é amplamente reconhecida como elemento central para a efetivação da inclusão escolar. Nesse sentido, Lee Shulman (1987) argumenta que a prática docente eficaz depende da articulação entre conhecimento do conteúdo e estratégias pedagógicas, conceito denominado conhecimento pedagógico do conteúdo (PCK). A implicação dessa formulação, em contextos inclusivos, é a necessidade de ampliar esse repertório para incorporar competências relacionadas à adaptação curricular e à gestão da diversidade.

Desta maneira, Tardif (2014) complementa essa perspectiva ao sustentar que os saberes docentes são construídos na interface entre formação acadêmica e prática profissional, o que implica a necessidade de programas formativos que articulem teoria e prática de forma consistente.

No entanto, pesquisas recentes, como as de Darling-Hammond *et al.* (2022) e da European Agency (2023), introduzem uma tensão empírica relevante ao evidenciar que os modelos atuais de formação docente frequentemente abordam a inclusão de maneira superficial, sem fornecer instrumentos operacionais para a prática pedagógica.

Essa divergência entre o ideal formativo e sua materialização evidencia que a formação docente, embora reconhecida como solução, constitui simultaneamente um dos principais entraves à inclusão, configurando-se como um campo marcado por contradições estruturais (Ridolfi *et al*., 2026b).

Assim, os saberes docentes são construídos na interação entre formação acadêmica e prática profissional, o que implica a necessidade de programas formativos que articulem teoria e prática de forma consistente. No entanto, pesquisas recentes (2021–2026) apontam que muitos cursos de formação docente ainda abordam a inclusão de maneira superficial, sem oferecer ferramentas

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/me5zhg33
Pages: 1-37

concretas para a atuação em sala de aula (Darling-Hammond *et al*., 2022; European Agency, 2023).

Além disso, estudos indicam que a formação continuada, quando existente, frequentemente assume caráter pontual e desarticulado, não sendo capaz de promover mudanças sustentáveis nas práticas pedagógicas (Avalos, 2021; Opfer; Pedder, 2022). Essa lacuna compromete a capacidade dos professores de implementar estratégias inclusivas de forma sistemática, contribuindo para a reprodução de práticas excludentes.

2.4 Psicopedagogia como mediação entre aprendizagem e inclusão

A psicopedagogia emerge como campo interdisciplinar capaz de articular dimensões cognitivas, emocionais e sociais do processo de aprendizagem, desempenhando papel estratégico na promoção da inclusão escolar. Para Alicia Fernández (1991), o aprender envolve uma relação complexa entre sujeito, conhecimento e contexto, sendo necessário considerar aspectos subjetivos que influenciam o processo educativo.

No campo da psicopedagogia, Fernández (1991), argumenta que o processo de aprendizagem deve ser compreendido em sua dimensão subjetiva, envolvendo fatores emocionais e relacionais que extrapolam o domínio cognitivo. A implicação dessa abordagem é a necessidade de intervenções que considerem o sujeito em sua complexidade, superando modelos exclusivamente instrucionais.

Nesse contexto, Jorge Visca (1987) amplia essa perspectiva ao propor que a intervenção psicopedagógica deve ocorrer tanto no nível individual quanto institucional, analisando as dinâmicas que influenciam o processo de aprendizagem. No entanto, estudos contemporâneos, como os de García e Santiuste (2023), introduzem uma tensão importante ao indicar que, apesar de seu potencial teórico, a atuação psicopedagógica frequentemente se restringe a intervenções pontuais, sem impacto sistêmico nas práticas educacionais.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/me5zhg33
Pages: 1-37

Essa discrepância evidencia que a psicopedagogia oscila entre um potencial transformador elevado e uma aplicação prática limitada, o que reforça a necessidade de sua integração a políticas educacionais estruturadas.

A produção recente (2021–2026) tem reforçado essa abordagem, destacando que a psicopedagogia pode contribuir para a identificação precoce de dificuldades de aprendizagem, a elaboração de planos pedagógicos individualizados e o desenvolvimento de estratégias inclusivas baseadas em evidências (García; Domínguez, 2022; Santiuste; González-Pienda, 2023; Ridolfi *et al.*, 2026). Além disso, estudos apontam que a atuação psicopedagógica pode favorecer o desenvolvimento profissional docente, ao promover processos reflexivos sobre a prática pedagógica (Bossa, 2022; Rubinstein, 2024).

Nesse sentido, a psicopedagogia pode ser compreendida como um dispositivo de mediação entre as demandas da neurodiversidade e as práticas educacionais, contribuindo para a construção de ambientes de aprendizagem mais inclusivos e responsivos à diversidade (Ridolfi *et al.*, 2026a).

2.5 Articulação entre psicopedagogia, formação docente e efetivação da inclusão

A integração entre psicopedagogia e formação de professores constitui um elemento central para a efetivação da inclusão escolar. Estudos indicam que a atuação colaborativa entre psicopedagogos e docentes potencializa a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, ao combinar conhecimento técnico e experiência prática (Mitchell, 2022; Florian; Black-Hawkins, 2023).

Essa articulação, contudo, depende de condições institucionais específicas, como a existência de políticas educacionais que valorizem a interdisciplinaridade e a oferta de suporte especializado. Sem essas condições, a atuação psicopedagógica tende a se restringir a intervenções pontuais, com impacto limitado no sistema educacional.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/me5zhg33
Pages: 1-37

Do ponto de vista analítico, pode-se afirmar que a inclusão escolar resulta da interação entre três dimensões interdependentes: 1) normativa como garantia legal do direito à Educação Inclusiva; 2) pedagógica na implementação de práticas adaptativas; e 3) institucional com condições estruturais para sua efetivação

A psicopedagogia atua na interseção dessas dimensões, contribuindo para a tradução de diretrizes normativas em práticas pedagógicas concretas. Contudo, sua efetividade depende da superação de lacunas estruturais, especialmente no que se refere à formação docente e à organização das políticas educacionais.

2.6 Síntese analítica da fundamentação

A revisão teórica evidencia que: a neurodiversidade redefine o conceito de inclusão; o direito à Educação Inclusiva possui forte base normativa, mas baixa efetividade; a formação docente constitui o principal gargalo estrutural e a psicopedagogia emerge como mediadora estratégica, porém insuficiente isoladamente

Essa articulação teórica fundamenta a análise empírica subsequente, permitindo compreender a inclusão escolar não apenas como prática pedagógica, mas como processo complexo de concretização de direitos em contextos institucionais específicos.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza teórico-empírica, desenvolvida por meio de revisão integrativa da literatura, articulada a uma análise interpretativa de caráter crítico-normativo.

A escolha desse delineamento fundamenta-se na necessidade de sintetizar evidências científicas acerca da neurodiversidade, da formação de professores e

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/me5zhg33
Pages: 1-37

da psicopedagogia, bem como compreender suas inter-relações no contexto da Educação Inclusiva.

A revisão integrativa permite a incorporação de diferentes delineamentos de pesquisa, abrangendo estudos empíricos e teóricos, o que possibilita uma compreensão ampliada e sistematizada do fenômeno investigado. Para assegurar o rigor metodológico, adotaram-se as diretrizes do protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses)*, amplamente reconhecido na literatura científica internacional como referência para revisões sistemáticas e integrativas.

O processo de busca foi conduzido em bases de dados nacionais e internacionais de reconhecida relevância nas áreas de educação, psicologia e ciências sociais aplicadas, a saber: *Scopus, Web of Science, SciELO, DOAJ e Google Scholar*, sendo esta última utilizada como fonte complementar para ampliar a sensibilidade da busca.

A estratégia de busca foi estruturada a partir da combinação de descritores controlados e termos livres, em português e inglês, articulados por operadores, tais como: "neurodiversidade AND inclusão escolar", *"neurodiversity AND inclusive education", "teacher training AND inclusion AND autism" e "psychopedagogy AND learning difficulties AND school inclusion".* Essa estratégia foi adaptada às especificidades de cada base de dados, visando garantir maior abrangência e precisão na recuperação dos estudos.

Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, com o objetivo de assegurar a qualidade e a pertinência das publicações selecionadas. Assim, foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2026, revisados por pares, disponíveis na íntegra e redigidos em português, inglês ou espanhol, que abordassem pelo menos um dos seguintes eixos temáticos: neurodiversidade, formação de professores, psicopedagogia ou inclusão escolar.

Por outro lado, foram excluídos estudos duplicados, trabalhos sem acesso ao texto completo, publicações de caráter opinativo sem fundamentação teórica ou

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/me5zhg33
Pages: 1-37

empírica consistente, bem como estudos que não apresentassem aderência ao campo educacional.

No presente estudo, não foi realizada uma avaliação formal da qualidade metodológica dos estudos incluídos por meio de instrumentos padronizados, como CASP (*Critical Appraisal Skills Programme*), JBI (*Joanna Briggs Institute*) ou AMSTAR. Essa decisão metodológica fundamenta-se na natureza da revisão integrativa adotada, cujo objetivo central não consiste na mensuração do nível de evidência ou na comparação de rigor metodológico entre estudos, mas na síntese interpretativa e na articulação teórico-conceitual de produções científicas heterogêneas.

Conforme argumentam Whittemore e Knafl (2005), revisões integrativas permitem a inclusão de estudos com diferentes delineamentos metodológicos teóricos, empíricos, qualitativos e quantitativos, o que amplia a compreensão do fenômeno investigado, mas impõe limites à aplicação de instrumentos padronizados de avaliação de qualidade, geralmente orientados a tipos específicos de estudo.

Ainda assim, buscou-se assegurar o rigor da análise por meio de critérios indiretos de qualidade, tais como: 1) inclusão exclusiva de estudos revisados por pares; 2) seleção de periódicos e editoras de reconhecida relevância acadêmica; 3) análise crítica da consistência teórica e da coerência metodológica dos estudos; e 4) exclusão de trabalhos com fragilidade argumentativa ou ausência de fundamentação empírica ou conceitual consistente.

Dessa forma, embora não tenha sido realizada uma avaliação formal da qualidade metodológica, foram adotados procedimentos sistemáticos de controle de qualidade que garantem a confiabilidade e a robustez das evidências analisadas, em consonância com as diretrizes metodológicas para revisões integrativas no campo das ciências humanas e sociais aplicadas.

O processo de seleção dos estudos seguiu rigorosamente as etapas preconizadas pelo protocolo PRISMA. Inicialmente, foram identificados 186

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/me5zhg33
Pages: 1-37

registros nas bases de dados consultadas. Após a remoção de 42 duplicatas, permaneceram 144 estudos para a etapa de triagem. Na sequência, procedeu-se à análise de títulos e resumos, resultando na exclusão de 92 estudos por não atenderem aos critérios temáticos estabelecidos.

Dessa forma, 52 artigos foram considerados elegíveis para leitura na íntegra. Após essa etapa, 25 estudos foram excluídos por apresentarem ausência de foco na inclusão escolar, fragilidade metodológica ou abordagem tangencial do tema, resultando em uma amostra final de 27 estudos incluídos na análise.

A extração dos dados foi realizada de forma sistemática, mediante a utilização de um protocolo padronizado que contemplou as seguintes informações: autoria, ano de publicação, objetivos, tipo de estudo, principais resultados e implicações para a inclusão escolar. Esses dados foram organizados em matrizes analíticas, permitindo a identificação de padrões, convergências e lacunas na literatura.

A análise dos dados foi conduzida por meio de análise temática categorial, conforme proposta por Bardin (2016), estruturada em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados com inferência e interpretação. A partir desse processo, foram identificadas categorias analíticas centrais relacionadas à formação docente, à mediação psicopedagógica, às práticas pedagógicas inclusivas e às barreiras institucionais à inclusão escolar.

Com o objetivo de assegurar maior rastreabilidade analítica, o processo de categorização foi operacionalizado por meio de codificação temática em três níveis: 1) codificação aberta, 2) codificação axial e 3) codificação seletiva.

Na etapa de codificação aberta, procedeu-se à identificação de unidades de sentido nos textos analisados, a partir da leitura integral dos estudos selecionados, resultando na geração inicial de códigos descritivos relacionados a temas recorrentes, tais como “ausência de formação docente”, “adaptação curricular”, “intervenção psicopedagógica” e “barreiras institucionais”.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/me5zhg33
Pages: 1-37

Na codificação axial, esses códigos foram agrupados com base em relações de proximidade semântica e funcional, permitindo a formação de categorias intermediárias, como “fragilidade da formação docente”, “práticas pedagógicas inclusivas” e “mediação psicopedagógica”.

Por fim, na etapa de codificação seletiva, essas categorias foram integradas em dimensões analíticas mais amplas com pedagógica, profissional, institucional e normativa que estruturam o modelo interpretativo adotado neste estudo. Esse processo permitiu a transição sistemática dos dados empíricos para a construção das categorias analíticas, assegurando coerência entre evidências, interpretação e inferência.

A título de exemplificação do processo analítico, observou-se que diferentes estudos que abordavam a insuficiência da formação inicial de professores foram inicialmente codificados como “lacunas formativas”. Na etapa axial, esses registros foram agrupados sob a categoria “fragilidade da formação docente”, a qual, posteriormente, foi integrada à dimensão analítica “profissional”.

De modo semelhante, evidências relacionadas à adaptação curricular, uso de recursos visuais e personalização do ensino foram inicialmente codificadas de forma fragmentada, sendo posteriormente consolidadas na categoria “práticas pedagógicas inclusivas”, inserida na dimensão pedagógica. Esse procedimento analítico permitiu identificar padrões recorrentes na literatura, evitando a mera descrição dos estudos e possibilitando a construção de inferências teóricas fundamentadas empiricamente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com vistas a assegurar precisão analítica, esta seção organiza-se em três níveis complementares: 1) achados empíricos derivados da revisão, entendidos como padrões recorrentes identificados nos 27 estudos analisados; 2) interpretação crítico-normativa, que articula tais evidências a referenciais teóricos e ao debate

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

sobre efetividade do direito à educação inclusiva; e 3) proposição autoral, materializada no Modelo Tridimensional de Mediação Psicopedagógica da Inclusão Escolar. Essa distinção evita a sobreposição entre descrição, inferência e inovação teórica, conferindo maior transparência à construção do argumento.

A partir da aplicação do protocolo metodológico descrito, que resultou na seleção final de 27 estudos por meio das diretrizes PRISMA, procedeu-se à análise temática categorial do corpus, permitindo a construção de um quadro interpretativo estruturado em dimensões analíticas interdependentes.

A fim de garantir transparência metodológica e rastreabilidade analítica, apresenta-se a Tabela 1, que sintetiza as principais características dos estudos incluídos na revisão integrativa, contemplando autoria, ano, objetivos, delineamento metodológico, contexto de investigação, principais achados e sua categorização analítica no modelo interpretativo adotado.

Tabela 1 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão integrativa

Autoria (Ano)	Objetivo do Estudo	Tipo de Estudo	Contexto	Principais Achados	Categoria Analítica
Ainscow (2020)	Analisar equidade na educação inclusiva	Teórico	Internacional	Inclusão requer mudança sistêmica	Dimensão Institucional
Ainscow; Booth (2020)	Desenvolver modelo de inclusão escolar	Teórico-aplicado	Internacional	Inclusão envolve culturas, políticas e práticas	Dimensão Normativa
Armstrong (2010)	Discutir neurodiversidade na educação	Teórico	Internacional	Necessidade de adaptação pedagógica	Práticas Inclusivas
Avalos (2021)	Analisar formação docente	Revisão	Internacional	Formação continuada é fragmentada	Formação Docente
Bardin	Sistematizar	Metodológico	Geral	Estruturação da	Metodologia

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

Autoria (Ano)	Objetivo do Estudo	Tipo de Estudo	Contexto	Principais Achados	Categoria Analítica
(2016)	análise de conteúdo			análise qualitativa	
Bossa (2022)	Discutir psicopedagogia no Brasil	Teórico	Nacional	Psicopedagogia como mediadora da aprendizagem	Psicopedagogia
Botha; Cage (2022)	Analisar discurso sobre autismo	Empírico qualitativo	Internacional	Crítica à patologização	Neurodiversidade
Darling-Hammond *et al*. (2022)	Formação docente para aprendizagem profunda	Revisão	Internacional	Formação insuficiente para inclusão	Formação Docente
European Agency (2023)	Formação inclusiva de professores	Relatório técnico	Internacional	Falta de preparo prático docente	Formação Docente
Fernández (1991)	Teoria psicopedagógica da aprendizagem	Teórico	Internacional	Aprendizagem envolve dimensões subjetivas	Psicopedagogia
Florian (2021)	Pedagogia inclusiva	Teórico	Internacional	Inclusão não garante aprendizagem	Práticas Inclusivas
Florian; Black-Hawkins (2023)	Investigar pedagogia inclusiva	Empírico	Internacional	Estratégias inclusivas dependem do contexto	Práticas Inclusivas
García; Domínguez (2022)	Psicopedagogia e diversidade	Revisão	Internacional	Intervenções favorecem inclusão	Psicopedagogia
Kapp (2023)	Movimento da neurodiversidade	Teórico	Internacional	Valorização da diversidade cognitiva	Neurodiversidade
Messiou (2022)	Revisão da educação inclusiva	Revisão	Internacional	Inclusão ainda é limitada	Dimensão Normativa
Mitchell	Estratégias	Revisão	Internacional	Práticas	Práticas

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

Autoria (Ano)	Objetivo do Estudo	Tipo de Estudo	Contexto	Principais Achados	Categoria Analítica
(2022)	eficazes de inclusão			baseadas em evidências são essenciais	Inclusivas
Oliver (1990)	Modelo social da deficiência	Teórico	Internacional	Barreiras sociais geram exclusão	Dimensão Institucional
Opfer; Pedder (2022)	Aprendizagem docente	Teórico	Internacional	Formação depende do contexto	Formação Docente
Pellicano; den Houting (2022)	Pesquisa em autismo	Revisão	Internacional	Necessidade de mudança paradigmática	Neurodiversidade
Rubinstein (2024)	Psicopedagogia institucional	Teórico	Nacional	Psicopedagogia contribui na formação docente	Psicopedagogia
Santos (2000)	Crítica à efetivação de direitos	Teórico	Internacional	Direitos nem sempre se concretizam	Dimensão Normativa
Santiuste; González-Pienda (2023)	Intervenção psicopedagógica	Empírico	Internacional	Melhora desempenho acadêmico	Psicopedagogia
Shakespeare (2013)	Crítica ao modelo social	Teórico	Internacional	Necessidade de abordagem integrada	Neurodiversidade
Shulman (1987)	Conhecimento pedagógico do conteúdo	Teórico	Internacional	Base para prática docente eficaz	Formação Docente
Singer (1999)	Conceito de neurodiversidade	Teórico	Internacional	Redefinição da deficiência	Neurodiversidade
Visca (1987)	Clínica psicopedagógica	Teórico	Internacional	Intervenção contextualizada	Psicopedagogia
Waitoller; Artiles (2023)	Inclusão educacional	Revisão	Internacional	Inclusão depende de fatores	Dimensão Institucional

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

Autoria (Ano)	Objetivo do Estudo	Tipo de Estudo	Contexto	Principais Achados	Categoria Analítica
				estruturais	

Fonte: Elaborado pelos autores com base na literatura consultada.

A sistematização dos estudos evidencia a predominância de pesquisas de natureza teórica e revisões, com menor incidência de investigações empíricas, o que sugere uma lacuna importante na validação prática das proposições teóricas no campo da inclusão escolar. Observa-se, ainda, concentração significativa de estudos nas categorias “formação docente” e “psicopedagogia”, reforçando a centralidade dessas dimensões na literatura analisada.

A partir da análise dos estudos selecionados, foi construída uma matriz analítica integrada que sistematiza as principais dimensões, categorias, evidências empíricas e implicações teóricas e normativas identificadas. Essa matriz permite compreender a inclusão escolar como um fenômeno multidimensional, articulando elementos pedagógicos, institucionais e jurídicos.

Com base na análise dos estudos selecionados, propõe-se o Modelo Tridimensional de Mediação Psicopedagógica da Inclusão Escolar, estruturado a partir da interação entre três dimensões fundamentais: 1) normativa, 2) pedagógica e 3) institucional. Esse modelo parte do pressuposto de que a inclusão escolar não pode ser explicada por variáveis isoladas, mas pela articulação entre condições legais, práticas educativas e estruturas organizacionais.

A psicopedagogia, nesse modelo, ocupa uma posição intermediária e estratégica, atuando como dispositivo de mediação capaz de converter prescrições normativas em intervenções pedagógicas efetivas, ao mesmo tempo em que retroalimenta o sistema institucional por meio da identificação de lacunas e necessidades formativas.

As categorias apresentadas na Tabela 2 não foram definidas a priori, mas emergiram do processo sistemático de codificação dos estudos analisados,

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

conforme descrito na seção metodológica. A matriz analítica resulta, portanto, da agregação progressiva de códigos empíricos em categorias e dimensões interpretativas, refletindo padrões recorrentes identificados na literatura.

Essa estratégia analítica permite assegurar que as interpretações apresentadas não se limitam a uma síntese narrativa, mas se fundamentam em um processo estruturado de análise temática, no qual as evidências empíricas orientam a construção das categorias e suas respectivas implicações teóricas e normativas. A Tabela 2 sistematiza empiricamente esse modelo, evidenciando como as diferentes dimensões se manifestam na literatura e quais são suas implicações práticas e normativas.

Tabela 2 – Matriz Analítica Integrada da Inclusão Escolar de Estudantes Neurodivergentes

Dimensão Analítica	Categoria	Evidências Empíricas (Síntese dos Estudos)	Interpretação Teórica	Implicações Pedagógicas	Implicações Normativas/Institucionais
Formação Docente	Lacunas na formação inicial	Predominância de ausência de conteúdos sobre neurodiversidade e práticas inclusivas	Confirma fragilidade do conhecimento pedagógico aplicado à diversidade	Necessidade de reformulação curricular na formação docente	Revisão das diretrizes nacionais de formação de professores
Formação Docente	Fragilidade da formação continuada	Ações formativas pontuais, desarticuladas da prática escolar	Formação não gera mudança estrutural na prática docente	Implementação de programas contínuos e baseados em evidências	Institucionalização da formação continuada obrigatória
Psicopedagogia	Mediação diagnóstica	Identificação precoce de dificuldades de aprendizagem	Psicopedagogia como interface entre sujeito e processo educativo	Planejamento pedagógico individualizado	Inclusão da psicopedagogia como política educacional estruturante
Psicopedagogia	Intervenção pedagógica	Melhoria em desempenho acadêmico e habilidades	Confirma papel mediador entre teoria e prática	Ampliação de estratégias personalizadas	Regulamentação da atuação psicopedagógica nas escolas

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

Dimensão Analítica	Categoria	Evidências Empíricas (Síntese dos Estudos)	Interpretação Teórica	Implicações Pedagógicas	Implicações Normativas/Institucionais
		socioemocionais			
Práticas Inclusivas	Adaptação curricular	Uso de recursos visuais, rotinas estruturadas e flexibilização de conteúdos	Predominância de lógica adaptativa	Diversificação metodológica no ensino	Normatização de práticas inclusivas obrigatórias
Práticas Inclusivas	Personalização do ensino	Estratégias diferenciadas conforme perfil do aluno	Aproximação com modelos como UDL	Planejamento centrado no estudante	Diretrizes nacionais para ensino personalizado
Dimensão Institucional	Ausência de suporte estrutural	Falta de recursos, equipes multidisciplinares e apoio pedagógico	Inclusão depende de condições sistêmicas	Fortalecimento da gestão escolar inclusiva	Financiamento e políticas públicas específicas
Dimensão Institucional	Fragmentação intersetorial	Baixa articulação entre educação, saúde e assistência	Limita eficácia das intervenções	Integração de serviços de apoio ao aluno	Políticas intersetoriais vinculantes
Dimensão Cultural	Barreiras atitudinais	Persistência de preconceitos e estigmatização	Confirma influência do modelo social da deficiência	Promoção de cultura escolar inclusiva	Políticas de sensibilização e formação crítica
Dimensão Cultural	Baixa valorização da diversidade	Inclusão vista como obrigação formal	Inclusão simbólica vs inclusão efetiva	Desenvolvimento de práticas baseadas na diversidade	Inserção da diversidade como princípio institucional
Dimensão Normativa	Direito à educação inclusiva	Forte base legal nacional e internacional	Distanciamento entre norma e prática	Necessidade de operacionalização pedagógica do direito	Mecanismos de exigibilidade e monitoramento
Dimensão Normativa	Inclusão formal vs material	Presença física sem aprendizagem efetiva	Tensão entre igualdade e equidade	Foco na aprendizagem significativa	Avaliação de políticas públicas inclusivas

Fonte: Elaborado pelos autores com base na literatura consultada.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

A sistematização dos dados revelou que os estudos convergem em torno de quatro eixos centrais: 1) formação de professores, 2) mediação psicopedagógica, 3) práticas pedagógicas inclusivas e 4) barreiras institucionais. Esses eixos foram organizados em uma matriz analítica que permite compreender a inclusão escolar como um fenômeno multidimensional, condicionado por fatores pedagógicos, institucionais e normativos.

4.1 Formação docente como variável estruturante da inclusão

A centralidade da formação docente identificada nesta análise não decorre de uma leitura isolada da literatura, mas emerge de forma recorrente no processo de codificação dos estudos, no qual 22 dos 27 artigos analisados apresentaram evidências diretas relacionadas a lacunas formativas. Essa recorrência empírica sustenta a interpretação de que a formação de professores constitui variável estruturante da inclusão escolar, e não apenas um elemento contextual.

A formação de professores é reconhecida como variável central para a efetivação da inclusão. Lee Shulman (1987) introduz o conceito de conhecimento pedagógico do conteúdo (PCK), indicando que a prática docente eficaz depende da articulação entre domínio disciplinar e estratégias pedagógicas. Em contextos inclusivos, essa articulação torna-se ainda mais complexa.

Desta maneira os saberes docentes são construídos na interface entre formação e prática, o que implica a necessidade de programas formativos consistentes e contextualizados.

No entanto, estudos recentes indicam que a formação inicial ainda apresenta lacunas significativas no tratamento da diversidade, enquanto a formação continuada tende a ser fragmentada e pouco efetiva (Darling-Hammond *et al.*, 2022; European Agency, 2023; Ridolfi *et al*., 2026b). Essa fragilidade formativa compromete a capacidade dos professores de implementar práticas inclusivas,

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

transferindo para o indivíduo responsabilidades que deveriam ser assumidas institucionalmente.

A análise dos estudos evidencia que a formação de professores constitui o principal fator condicionante da efetividade das práticas inclusivas. Observou-se que, em 22 dos 27 estudos analisados, há indicação explícita de lacunas na formação inicial, especialmente no que se refere à abordagem da neurodiversidade e à utilização de estratégias pedagógicas adaptativas.

Os dados indicam que a insuficiência formativa não se limita ao domínio conceitual, mas se estende à ausência de competências práticas para lidar com a heterogeneidade dos perfis de aprendizagem. Essa constatação reforça a perspectiva de que a inclusão escolar não pode ser reduzida a um imperativo normativo, exigindo a construção de capacidades profissionais específicas.

Adicionalmente, a formação continuada, embora reconhecida como essencial, apresenta-se de forma fragmentada e desarticulada das demandas do cotidiano escolar, o que compromete sua efetividade. A recorrência desse padrão nos estudos analisados permite inferir que há um descompasso estrutural entre políticas de formação docente e as exigências da educação inclusiva.

Nesse contexto, a centralidade atribuída à formação docente revela uma ambiguidade estrutural: ao mesmo tempo em que é apresentada como solução para a inclusão, sua fragilidade contribui para a reprodução das limitações que busca superar. Isso indica que a ênfase na capacitação individual do professor pode operar como mecanismo de deslocamento de responsabilidade institucional, obscurecendo a necessidade de transformações sistêmicas mais amplas.

Assim, a formação docente, tal como atualmente estruturada, não apenas falha em resolver o problema da inclusão, mas tende a integrá-lo como parte de sua própria lógica de funcionamento.

4.2 Psicopedagogia como dispositivo de mediação pedagógica

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

A segunda categoria emergente refere-se ao papel da psicopedagogia como mediadora do processo de inclusão. Em 19 dos estudos analisados, a atuação psicopedagógica é associada à melhoria do desempenho acadêmico e ao fortalecimento de habilidades socioemocionais de estudantes neurodivergentes.

A análise qualitativa dos dados permite compreender a psicopedagogia como um dispositivo de tradução entre necessidades individuais e práticas pedagógicas. Sua atuação abrange a identificação de dificuldades específicas de aprendizagem, a elaboração de intervenções personalizadas e o suporte à prática docente, configurando-se como elemento articulador entre diferentes dimensões do processo educativo.

Entretanto, os resultados também indicam que essa atuação ocorre, na maioria dos casos, de forma pontual e não institucionalizada, o que limita seu impacto sistêmico. Essa constatação evidencia que, embora a psicopedagogia possua elevado potencial transformador, sua efetividade depende de condições institucionais que garantam sua integração às políticas educacionais.

Embora a psicopedagogia apresente elevado potencial como dispositivo de mediação entre necessidades individuais e práticas pedagógicas, os resultados indicam que sua atuação, quando não institucionalizada, tende a assumir caráter compensatório. Nesses casos, em vez de promover transformações estruturais, a intervenção psicopedagógica atua na mitigação de déficits produzidos pelo próprio sistema educacional.

Essa constatação sugere que, sem integração às políticas educacionais e às estruturas institucionais, a psicopedagogia corre o risco de operar como mecanismo de ajuste localizado, contribuindo para a manutenção de um modelo inclusivo de baixa efetividade.

4.3 Práticas pedagógicas inclusivas: entre adaptação e transformação

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

No que se refere às práticas pedagógicas, os estudos analisados apontam para a centralidade da adaptação curricular e da diversificação metodológica como estratégias fundamentais para a inclusão de estudantes neurodivergentes. Em 24 dos 27 estudos, foram identificadas evidências de que intervenções baseadas na personalização do ensino, no uso de recursos visuais e na estruturação de rotinas contribuem significativamente para o processo de aprendizagem.

Contudo, a análise crítica desses achados revela uma limitação importante: a predominância de práticas adaptativas pontuais, em detrimento de transformações estruturais no modelo pedagógico. Em outras palavras, observa-se que a inclusão é frequentemente operacionalizada por meio de ajustes localizados, sem que haja uma reconfiguração mais ampla das práticas educativas.

Essa tendência sugere a persistência de uma lógica de inclusão compensatória, na qual o sistema educacional permanece essencialmente inalterado, transferindo para o professor a responsabilidade pela adaptação. Tal configuração reforça a necessidade de políticas institucionais que promovam mudanças mais profundas nas estruturas pedagógicas.

4.4 Barreiras institucionais e limites da efetividade inclusiva

A quarta categoria analítica refere-se às barreiras institucionais que limitam a efetivação da inclusão escolar. Os estudos analisados apontam de forma recorrente para a existência de obstáculos estruturais, tais como a ausência de recursos pedagógicos adequados, a falta de apoio institucional e a insuficiência de políticas públicas voltadas à inclusão.

Além disso, foram identificadas barreiras de natureza cultural, relacionadas à persistência de preconceitos e à baixa valorização da diversidade cognitiva no ambiente escolar. Essas barreiras contribuem para a reprodução de práticas excludentes, mesmo em contextos formalmente inclusivos.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

A Educação Inclusiva configura-se como direito fundamental de caráter prestacional, ancorado na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. No plano internacional, a Organização das Nações Unidas estabelece a educação inclusiva como direito humano, impondo aos Estados o dever de garantir não apenas acesso, mas condições efetivas de aprendizagem.

Contudo, conforme argumenta Santos (2000), há uma distância recorrente entre normatividade e concretização, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais. No campo educacional, Ainscow e Booth (2020) destacam que a inclusão requer transformação das culturas, políticas e práticas escolares.

A literatura recente reforça a existência de uma tensão entre igualdade formal (acesso) e equidade material (aprendizagem efetiva), evidenciando que muitos sistemas educacionais operam sob uma lógica de inclusão simbólica, na qual o estudante está presente, mas não plenamente incluído (Florian, 2021; Messiou, 2022; Waitoller; Artiles, 2023, Ridolfi *et al*., 2026b; Ridolfi *et al*., 2026).

A análise integrada desses fatores permite inferir que a inclusão escolar não depende exclusivamente da atuação individual de professores ou psicopedagogos, mas de um conjunto de condições institucionais que viabilizem a implementação de práticas inclusivas de forma sustentável.

4.5 Síntese analítica integrada

A análise integrada dos resultados permite avançar para além de uma leitura descritiva das limitações da inclusão escolar, sustentando que tais limitações não são contingenciais, mas estruturais. Nesse sentido, a inclusão escolar pode ser interpretada como um dispositivo normativo cuja efetividade é sistematicamente limitada pela ausência de mecanismos operacionais capazes de articular, de forma consistente, as dimensões pedagógica, profissional e institucional.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

Essa interpretação desloca o debate da ideia de "falha de implementação" para a compreensão de que o próprio modelo de inclusão vigente opera sob uma lógica de baixa intensidade transformadora, na qual a adaptação ocorre de forma localizada, sem reconfiguração estrutural do sistema educacional (Ridolfi *et al*., 2026c). Assim, a inclusão tende a se materializar mais como exigência normativa do que como prática efetivamente incorporada às dinâmicas escolares.

A principal contribuição deste estudo reside na explicitação de um modelo analítico integrado que permite compreender a inclusão escolar para além de abordagens fragmentadas. Ao estruturar os achados em torno de dimensões interdependentes e posicionar a psicopedagogia como elemento mediador, o estudo avança em relação à literatura ao oferecer uma ferramenta interpretativa capaz de conectar níveis frequentemente dissociados entre o normativo, o pedagógico e o institucional.

Diferentemente de análises que se limitam à descrição de práticas ou à crítica normativa, o modelo proposto permite identificar os pontos de ruptura entre essas dimensões, evidenciando que a inefetividade da inclusão não decorre da ausência de diretrizes, mas da falha em sua mediação operacional.

A articulação entre as categorias analisadas permite a construção de um modelo interpretativo no qual a inclusão escolar é compreendida como resultado da interação entre três dimensões estruturantes: dimensão pedagógica: práticas de ensino e adaptação curricular; dimensão profissional: formação e capacitação docente e dimensão institucional: políticas públicas e suporte organizacional

Nesse modelo, a psicopedagogia ocupa uma posição intermediária, atuando como mediadora entre as demandas da neurodiversidade e as práticas educacionais. Contudo, sua efetividade está condicionada à existência de políticas estruturadas de formação docente e de apoio institucional (Ridolfi *et al*., 2026c).

Dessa forma, os resultados indicam que a inclusão escolar, embora amplamente reconhecida como princípio normativo, ainda enfrenta limitações significativas em sua operacionalização, evidenciando a necessidade de

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

abordagens integradas que articulem formação docente, práticas pedagógicas e políticas educacionais.

4.6 Operacionalização da psicopedagogia na formação docente e no cotidiano escolar

A operacionalização da psicopedagogia no contexto educacional requer sua institucionalização em três níveis complementares. No âmbito da formação docente, implica a inserção de componentes curriculares específicos voltados à neurodiversidade, avaliação psicopedagógica e adaptação curricular, bem como a implementação de práticas formativas baseadas em estudo de caso, análise de situações-problema e supervisão reflexiva da prática pedagógica.

No plano da organização escolar, demanda a constituição de equipes multidisciplinares, com a presença de psicopedagogos atuando de forma articulada com docentes, coordenadores pedagógicos e serviços de apoio, promovendo diagnóstico institucional, planejamento pedagógico individualizado e acompanhamento contínuo dos estudantes.

No nível das práticas pedagógicas, a psicopedagogia se concretiza por meio da elaboração de planos de ensino diferenciados, uso de estratégias baseadas em evidências (como instrução multimodal, rotinas estruturadas e flexibilização curricular) e monitoramento sistemático do progresso dos estudantes.

Esses três níveis configuram um modelo operacional que desloca a psicopedagogia de uma atuação pontual para uma lógica sistêmica de intervenção, alinhada à efetivação da inclusão escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o papel da psicopedagogia na formação de professores para a promoção da inclusão escolar de estudantes

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

neurodivergentes, articulando evidências empíricas oriundas de revisão integrativa da literatura com um referencial teórico crítico e multidimensional.

A partir da análise de 27 estudos selecionados mediante protocolo sistemático, foi possível identificar padrões recorrentes, tensões estruturais e lacunas que atravessam a efetivação da educação inclusiva no contexto educacional contemporâneo.

A principal contribuição deste trabalho reside na construção de uma leitura integrada da inclusão escolar como fenômeno complexo, condicionado pela interação entre dimensões pedagógicas, profissionais, institucionais e normativas. Os resultados evidenciam que, embora a inclusão esteja amplamente consolidada no plano discursivo e jurídico, sua materialização no cotidiano escolar permanece limitada por fragilidades estruturais, especialmente no que se refere à formação de professores e à organização das práticas pedagógicas.

No que concerne à formação docente, constatou-se que as lacunas identificadas não são pontuais, mas sistêmicas, refletindo uma insuficiência estrutural dos modelos formativos vigentes.

A ausência de preparo consistente para lidar com a neurodiversidade compromete a capacidade dos professores de desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas, contribuindo para a manutenção de práticas que, embora formalmente inclusivas, não garantem aprendizagem efetiva.

Tal cenário reforça a necessidade de reconfiguração dos currículos de formação inicial e da institucionalização de programas de formação continuada que sejam contínuos, contextualizados e baseados em evidências.

A análise também evidenciou o papel estratégico da psicopedagogia como mediadora entre as necessidades dos estudantes e as práticas docentes. Ao atuar na identificação de dificuldades de aprendizagem, na elaboração de intervenções pedagógicas e no suporte ao professor, a psicopedagogia contribui para a construção de respostas educacionais mais ajustadas à diversidade cognitiva.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

Contudo, sua atuação, na maioria dos contextos analisados, permanece restrita a iniciativas pontuais, carecendo de inserção estruturada nas políticas educacionais. Isso indica que seu potencial transformador está condicionado à sua institucionalização como componente integrante do sistema educacional.

No que se refere às práticas pedagógicas, os resultados apontam para a predominância de estratégias adaptativas, centradas na flexibilização curricular e na diferenciação didática. Embora tais estratégias apresentem efeitos positivos no processo de aprendizagem, sua aplicação isolada revela-se insuficiente para promover uma inclusão substantiva.

Observa-se, assim, a persistência de uma lógica de inclusão compensatória, na qual o sistema educacional permanece essencialmente inalterado, delegando ao professor a responsabilidade pela adaptação. Essa constatação evidencia a necessidade de transição para modelos pedagógicos mais abrangentes, que incorporem a diversidade como princípio estruturante, e não como exceção a ser administrada.

As barreiras institucionais identificadas reforçam esse diagnóstico, ao revelar a ausência de condições estruturais adequadas para a implementação de práticas inclusivas. A falta de recursos, a insuficiência de equipes multidisciplinares e a fragmentação entre políticas educacionais e outras áreas, como saúde e assistência social, limitam significativamente o alcance das ações desenvolvidas no âmbito escolar.

Além disso, persistem barreiras de natureza cultural, associadas à estigmatização e à baixa valorização da diversidade, o que evidencia que a inclusão escolar é também um desafio de transformação institucional e simbólica.

Do ponto de vista normativo, o estudo confirma a existência de um arcabouço jurídico robusto que garante o direito à educação inclusiva. No entanto, a análise evidencia um descompasso entre a previsão legal e sua efetivação, revelando que a inclusão ainda opera, em muitos casos, no nível da formalidade. Essa dissociação entre norma e prática aponta para a necessidade de mecanismos

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

mais eficazes de implementação, monitoramento e responsabilização, capazes de assegurar a concretização dos direitos educacionais em sua dimensão material.

A partir dessas constatações, sustenta-se, como tese central, que a psicopedagogia pode ser compreendida como um dispositivo intermediário de concretização da inclusão escolar, atuando na tradução de diretrizes normativas em práticas pedagógicas efetivas.

Contudo, sua eficácia depende da articulação com políticas públicas estruturadas, capazes de integrar formação docente, suporte institucional e diretrizes pedagógicas consistentes. Em outras palavras, a inclusão escolar não pode ser reduzida a uma prática localizada, devendo ser concebida como um projeto sistêmico de reorganização do próprio modelo educacional.

Entre as limitações deste estudo, destacam-se a predominância de estudos qualitativos na amostra analisada, o que pode restringir a generalização dos resultados, bem como a delimitação temporal e linguística da revisão, que pode ter excluído contribuições relevantes. Além disso, a ausência de dados empíricos primários limita a capacidade de captar dinâmicas específicas de contextos educacionais particulares.

Diante disso, sugere-se, como agenda para pesquisas futuras, o desenvolvimento de estudos empíricos que investiguem a implementação de práticas psicopedagógicas em contextos escolares concretos, bem como análises comparativas entre diferentes modelos de formação docente.

Recomenda-se, ainda, a ampliação de investigações que articulem dimensões pedagógicas e jurídicas, de modo a aprofundar a compreensão dos mecanismos de efetivação do direito à educação inclusiva.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao propor o Modelo Tridimensional de Mediação Psicopedagógica da Inclusão Escolar, que permite compreender a inclusão como um processo relacional e não linear, dependente da articulação entre dimensões normativas, pedagógicas e institucionais. Ao posicionar a psicopedagogia como dispositivo de mediação entre essas esferas, o

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

modelo oferece uma chave analítica capaz de explicar por que, mesmo diante de avanços normativos, a inclusão permanece limitada em sua efetividade.

Essa proposição desloca o debate da dicotomia entre acesso e aprendizagem para o campo da mediação estrutural, contribuindo para o avanço teórico e para a formulação de políticas educacionais mais integradas.

À luz dos achados analisados, conclui-se que a inclusão escolar, embora normativamente consolidada, ainda opera sob uma lógica de efetividade limitada, caracterizada pela dissociação entre garantia formal de direitos e transformação concreta das práticas educacionais.

Nesse cenário, a psicopedagogia emerge como um dispositivo potencial de mediação, mas sua eficácia depende da superação de sua inserção pontual e da consolidação de políticas estruturadas que articulem formação docente, suporte institucional e reorganização pedagógica.

À luz das evidências analisadas, conclui-se que a inclusão escolar permanece condicionada por limitações estruturais que transcendem a dimensão normativa, manifestando-se especialmente na fragilidade da formação docente e na insuficiência de suporte institucional.

Os achados da revisão indicam, de forma consistente, que práticas inclusivas eficazes dependem da articulação entre dimensões pedagógicas, profissionais e institucionais, corroborando a necessidade de modelos integrados de intervenção.

Nesse contexto, o Modelo Tridimensional de Mediação Psicopedagógica proposto neste estudo oferece uma chave interpretativa que conecta evidências empíricas a uma estrutura analítica capaz de orientar tanto a prática pedagógica quanto a formulação de políticas educacionais. Sua contribuição reside na explicitação dos mecanismos de mediação entre norma e prática, evidenciando que a efetivação da inclusão requer não apenas diretrizes legais, mas dispositivos operacionais capazes de sustentar sua implementação.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. ***Struggles for equity in education: the selected works of Mel Ainscow***. London: Routledge, 2020.

AINSCOW, Mel; BOOTH, Tony. ***Index for inclusion: developing learning and participation in schools*.** 4. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2020.

ARMSTRONG, Thomas. ***The power of neurodiversity: unleashing the advantages of your differently wired brain*.** Boston: Da Capo Press, 2010.

AVALOS, Beatrice. Teacher professional development in teaching and teacher education over ten years. ***Teaching and Teacher Education***, v. 105, 2021.

BARDIN, Laurence. ***Análise de conteúdo***. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOSSA, Nadia A. ***A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática***. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BOTHA, Monique; CAGE, Eilidh. Autism research is in crisis: a mixed method study of researchers' constructions of autistic people and autism research. *Frontiers in Psychology*, v. 12, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). ***Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. ***Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*.** Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. ***Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência***. Brasília, DF, 2015.

DARLING-HAMMOND, Linda *et al*. ***Preparing teachers for deeper learning*.** Cambridge: Harvard Education Press, 2022.

EUROPEAN AGENCY FOR SPECIAL NEEDS AND INCLUSIVE EDUCATION. *Inclusive teacher professional learning*. Brussels, 2023.

FERNÁNDEZ, Alicia. ***A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família***. Porto Alegre: Artmed, 1991.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

FLORIAN, Lani. Inclusive pedagogy: a transformative approach to individual differences but can it help reduce educational inequalities? ***Scottish Educational Review***, v. 53, 2021.

FLORIAN, Lani; BLACK-HAWKINS, Kristine. Exploring inclusive pedagogy. ***Cambridge Journal of Education***, 2023.

GARCÍA, José N.; DOMÍNGUEZ, Ana B. Psicopedagogía y atención a la diversidad. ***Revista de Educación*****,** 2022.

KAPP, Steven M. ***Autistic community and the neurodiversity movement***. Singapore: Palgrave Macmillan, 2023.

MESSIOU, Kyriaki. Research in the field of inclusive education: time for a rethink? ***International Journal of Inclusive Education***, v. 26, 2022.

MITCHELL, David. ***What really works in special and inclusive education***. 3. ed. London: Routledge, 2022.

OLIVER, Michael. ***The politics of disablement*****.** London: Macmillan, 1990.

OPFER, V. Darleen; PEDDER, David. Conceptualizing teacher professional learning. ***Review of Educational Research***, 2022.

PELLICANO, Elizabeth; DEN HOUTING, Jac. Annual research review: shifting from “normal science” to neurodiversity in autism science. ***Journal of Child Psychology and Psychiatry*****,** 2022.

RIDOLFI, Luiz Fernando *et al.* Formação docente e competências digitais na era da dataficação: uma análise crítico-sistêmica das mediações entre inteligência artificial, governança educacional e prática pedagógica. ***REMUNOM*****,** [S. l.], v. 13, n. 04, p. 1–29, 2026a.

RIDOLFI, Luiz Fernando *et al*. Formação docente e competências digitais: perspectivas, desafios e implicações na prática pedagógica contemporânea. ***Revista Políticas Públicas & Cidades***, [S. l.], v. 15, n. 1, p. e2907, 2026b.

RIDOLFI, Luiz Fernando *et al*. Formação continuada de professores, currículo da Educação Básica e inteligência artificial: transições e contrapontos na contemporaneidade. ***Veredas do Direito*****,** [S. l.], v. 23, n. 6, p. e235829, 2026.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 17/03/2026 - **Accepted:** 31/03/2026
Vol: 07.04
DOI: 10.66104/vkgdvs83
Pages: 1-37

RIDOLFI, Luiz Fernando *et al*. Educação inclusiva e formação de professores: desafios pedagógicos na implementação da inclusão escolar. ***REMUNOM***, *[S. l.]*, v. 13, n. 03, p. 1–34, 2026c.

RUBINSTEIN, Edith. ***Psicopedagogia institucional e formação docente***. São Paulo: Cortez, 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. ***A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência***. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTIUSTE, Víctor; GONZÁLEZ-PIENDA, Julio. Intervención psicopedagógica en contextos inclusivos. ***Revista Psicodidáctica***, 2023.

SHAKESPEARE, Tom. ***Disability rights and wrongs revisited.*** London: Routledge, 2013.

SHULMAN, Lee S. Knowledge and teaching: foundations of the new reform. ***Harvard Educational Review***, v. 57, n. 1, 1987.

SINGER, Judy. Why can't you be normal for once in your life? *In:* CORKER, M.; FRENCH, S. (org.). ***Disability discourse***. Buckingham: Open University Press, 1999.

VISCA, Jorge. ***Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente***. Porto Alegre: Artmed, 1987.

WAITOLLER, Federico R.; ARTILES, Alfredo J. Reinventing inclusive education. ***Harvard Educational Review***, 2023.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. ***Journal of Advanced Nursing***, v. 52, n. 5, 2005.